



EIXO 3 – SEGURANÇA REGIONAL E INTERNACIONAL

Minding the Gap III: Sobreposição de Crimes Ambientais e Narcotráfico nas Fronteiras Amazônicas

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Novembro 2023

Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre a autora

Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Professora do Depto Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Franca-SP. Pesquisadora do NUPRI-USP e do INEU-América Latina. Vice-Presidente da *International Studies Association-Latin American and the Caribbean Committee* (ISA-LAC). Coordenadora da Área Temática Segurança Internacional e Defesa na Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED).
E-mail: marilia.souza-pimenta@unesp.br



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Índice

Sumário Executivo.....	6
Introdução.....	7
Identificação e Diagnóstico.....	7
Mapeando as ameaças na Região Amazônica.....	9
A Tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil.....	9
A Tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil.....	11
O Crime Organizado na Região Amazônica.....	13
Considerações Finais.....	19
Recomendações.....	19
Referências Bibliográficas.....	20

Sumário Executivo

- A América do Sul há décadas tem sido identificada como a maior produtora de cocaína do mundo. Para além disso, mais especificamente nas fronteiras fluviais amazônicas, crimes ambientais, como o desmatamento para exploração de madeira e a mineração ilegal, que também ocorrem há décadas na região; têm adquirido um novo status, ao se vincularem com o tráfico de drogas na região.
- Entre as reservas indígenas afetadas pela mineração ilegal, encontram-se os territórios Kayapo, Menkragnoti, Yanomami e Munducuru, no Brasil, além dos povos Shuar Arutam, no Equador e Awajún, entre outras no Peru.
- Há uma grande concentração de zonas de exploração ilegais (fluviais e terrestres) no Peru, em suas zonas fronteiriças com a Colômbia, na tríplice fronteira com a Colômbia e Brasil, com a Bolívia e sobretudo com o Equador. Vale mencionar que esses territórios têm demandado “forças extras”, com emprego de empresas de segurança privada, que podem servir ao Estado e/ou aos grupos de mineradores ilegais, o que tem gerado muitos conflitos na região.
- Segundo o Ministério da Saúde e inúmeras fontes divulgadas a partir de 20 de janeiro de 2023, 570 crianças Yanomamis morreram entre 2018 e 2022, como consequência da contaminação por mercúrio, desnutrição e fome.
- As rotas internacionais, sobretudo vindas da Colômbia, transformaram a região da Amazônia Legal em um grande território de trânsito das drogas que vão pra Europa, causando drásticas mudanças nas dinâmicas locais de violência, envolvendo diretamente as facções locais nos últimos anos. As rotas da região amazônica fazem circular 40% do volume total de recursos vinculados ao tráfico de cocaína, que corresponde a 4% do PIB brasileiro.

(I) Introdução

A América do Sul há décadas tem sido identificada como a maior produtora de cocaína do mundo. Para além disso, mais especificamente nas fronteiras fluviais amazônicas, crimes ambientais, como o desmatamento para exploração de madeira e a mineração ilegal, que também ocorrem há décadas na região; têm adquirido um novo status, ao se vincularem com o tráfico de drogas na região.

Sob o ponto de vista geográfico, trata-se de uma região remota, de difícil acesso, sendo necessários barcos ou pequenas aeronaves para acessá-las. A infraestrutura é ínfima nessas localidades, sendo que, muitas vezes, há agentes governamentais que, na prática, compartilham governança com atores armados não-estatais. O que, na prática, pode ser denominado por governança híbrida. Tal como apontam Pimenta et al: *“a governança híbrida é a presença de diferentes fontes de autoridade no mesmo espaço, onde a violência, as regras e a conduta moral, são administradas por ambos atores legais e ilegais”* (Pimenta et al, 2021:7)

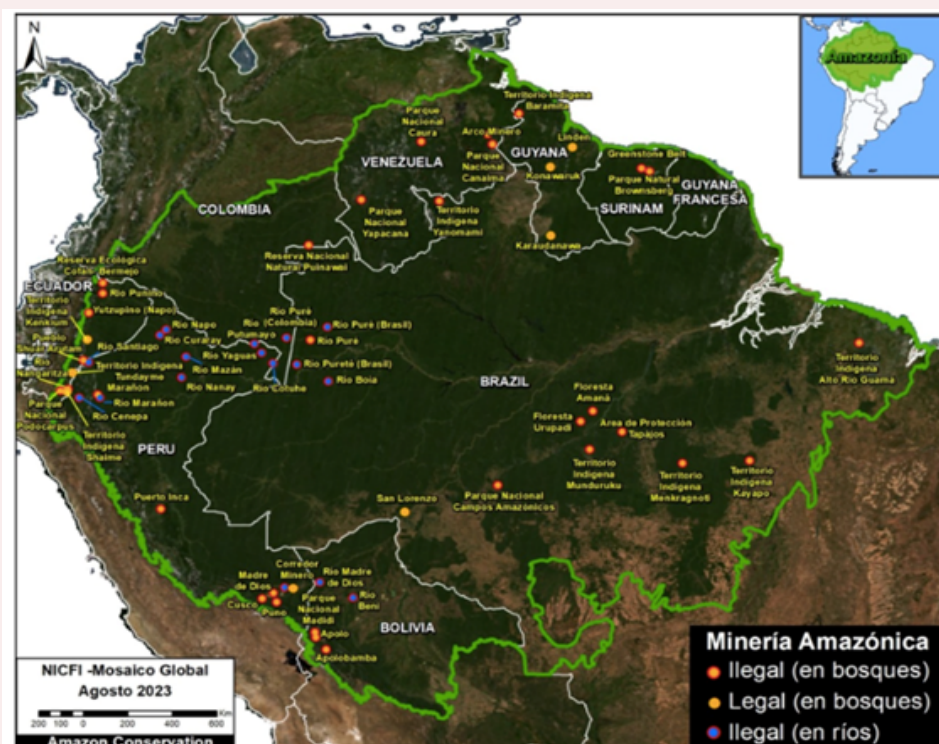
O presente Policy Paper, nesse sentido, visa lançar luz à crescente ligação entre crimes ambientais e o narcotráfico na Amazônia Legal, sobretudo nas tríplice fronteiras amazônicas Venezuela-Brasil-Colômbia e Peru-Brasil-Colômbia, chamando a atenção para os danos causados não só ao meio ambiente, mas às populações locais, sobretudo

ribeirinhas e indígenas. Para tanto, foram utilizados relatórios de institutos, organizações não-governamentais e *think tanks*, como o Instituto Igarapé e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros. Juntos, tais documentos nos fornecem uma ampla e atualizada visão de como os crimes têm se conectado na região, trazendo complexidade e inúmeros desafios aos governos e agências locais. Além disso, uma pesquisa de campo, executada em Bogotá, Colômbia, em setembro de 2023, também auxiliou no desenvolvimento do presente *Policy Paper*.

(II) Identificação e Diagnóstico

Sabe-se que a região amazônica vem sendo afetada pela mineração ilegal e que houve um incremento substancial na última década, gerando inúmeros efeitos ambientais e sociais na região. Nesse sentido, é importante visualizar a dimensão de tal atividade neste território. O documento *“Nuevo estudio identifica 49 zonas afectadas por la minería ilegal en la Amazonía”*, da organização *Mongabay*, traz um importante panorama sobre o fenômeno. Publicado em outubro de 2023, o estudo indica a existência de 58 zonas afetadas pela mineração em bosques ou rios, sendo que 49 são focos ilegais de mineração na Amazônia, como se pode observar abaixo:

Mapa I: Zonas de Mineração terrestre e fluvial na região amazônica



Fonte: Mangabay. 2023: 2.

Segundo o Informe, entre as reservas indígenas afetadas pela mineração ilegal, encontram-se os territórios Kayapo, Menkragnoti, Yanomami e Munducuru, no Brasil, além dos povos Shuar Arutam, no Equador e Awajún, entre outras no Peru. Em paralelo, as áreas protegidas mais afetadas pelo garimpo ilegal são o Parque Nacional Podocarpus, no Equador (o que, inclusive, extrapola a região amazônica), o Parque Nacional Madidi, na Bolívia, os Parques Nacionais Canaima, Caura e Yapacana, na Venezuela, na Reserva Nacional Tambopata e Reserva Comunal. (Mangabay: 2023: 6)

O mapa acima mostra uma grande concentração de

zonas de exploração ilegais (fluviais e terrestres) no Peru, em suas zonas fronteiriças com a Colômbia, na tríplice fronteira com a Colômbia e Brasil, com a Bolívia e sobretudo com o Equador. Vale mencionar que esses territórios têm demandado “forças extras”, com emprego de empresas de segurança privada, que podem servir ao Estado e/ou aos grupos de mineradores ilegais, o que tem gerado muitos conflitos na região.

Abaixo se pode ver um conjunto de balsas mineiras atuando no Rio Cenepa, no Peru, já na região fronteiriça com o Equador.

Imagem I: Balsas mineiras juntas em plena exploração do Rio Cenepa



Fonte: Mangabay. 2023: 5.

Há uma série de elementos cruciais neste fenômeno que se referem ao ciclo de subdesenvolvimento em que estão inseridas as populações que habitam o entorno dessas regiões: a prática de mineração ilegal contamina as águas, afeta a fauna e impede que atividades legais transcorram normalmente nessas localidades. Além disso, a mineração impulsiona outras atividades ilegais, como a venda de armas,

lavagem de dinheiro e prostituição. E vem sendo fruto de interesse de grupos de narcotráficos maior alcance, com cooperações logísticas entre tais grupos. O ciclo do subdesenvolvimento, portanto, vem acompanhado da presença da violência que intimida, ameaça, isola e ataca comunidades locais, especialmente povos originários que habitam esses territórios.

Imagem II: O Equador e seu importante incremento na mineração ilegal



Fonte: Mangabay. 2023: 9.

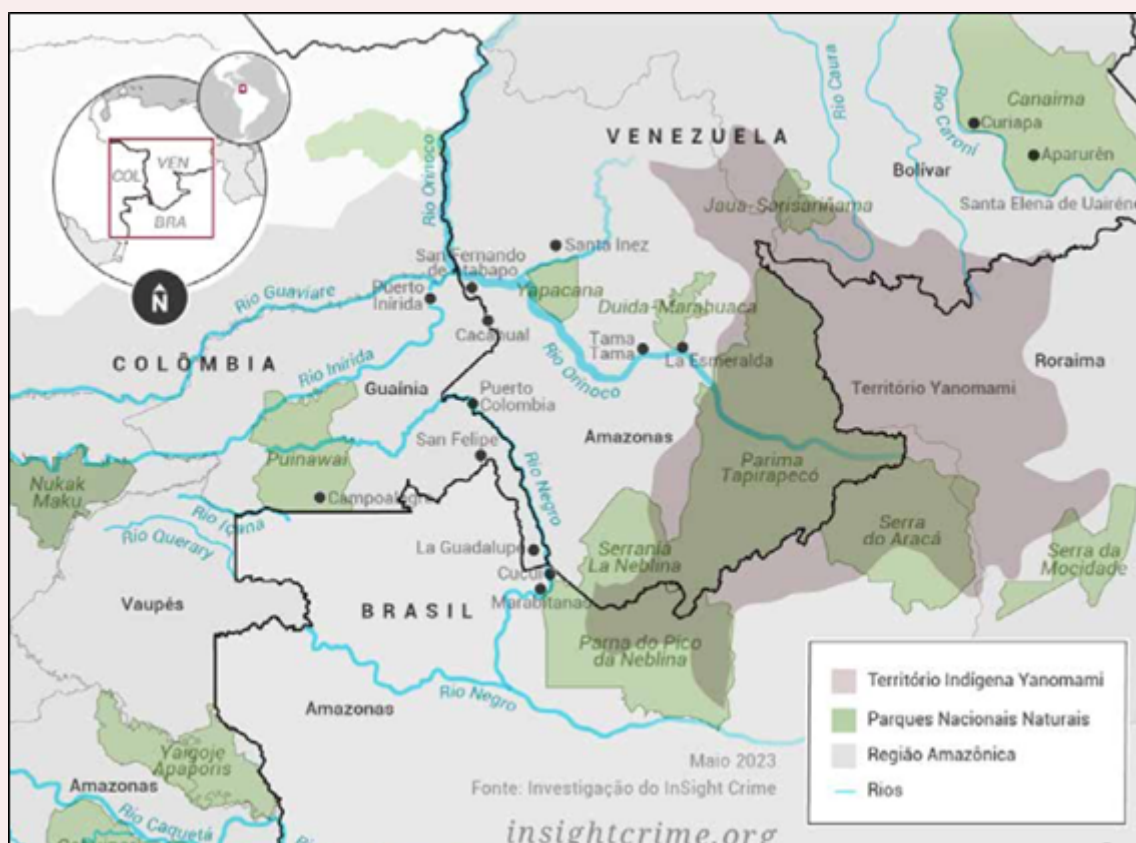
(III) Mapeando as ameaças na Região Amazônica

(a) A Tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil

na região da tríplice fronteira Venezuela-Colômbia-Brasil, atingindo, especificamente na fronteira entre Venezuela e Brasil, o Território Indígena Yanomami. Os rios afluentes Orinoco e Rio Negro se tornaram importantes espaços de dragagem, onde por meio de grandes escavadeiras, o fundo dos rios é “remexido”, para se encontrar ouro. Para separar o ouro da terra, o mercúrio é utilizado. Há, nesse processo, ao menos duas consequências imediatas: o “lameamento” das águas, em que os rios vão ficando turvos, afetando a fauna, a pesca, e a própria navegabilidade; e a contaminação dos rios por mercúrio, afetando diretamente a fauna e as populações locais.

Uma outra consequência direta deste processo é o isolamento e a consequente fome das tribos indígenas, que passam a se locomover pelos rios com maior dificuldade perante os operadores da mineração ilegal, que bloqueiam os rios com os maquinários e impedem sua passagem. Segundo o Ministério da Saúde e inúmeras fontes divulgadas a partir de 20 de janeiro de 2023, 570 crianças Yanomamis morreram entre 2018 e 2022, como consequência da contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. (Fiocruz: 2023) Há, neste processo, relatos de violência aberta, ameaças e intimidação à população indígena. Os documentos também apontam para casos de convivência e omissão governamental, o que poderia ser indício de corrupção nestas regiões.

Mapa II: Tríplice Fronteira Amazônica entre Venezuela, Colômbia e Brasil



9

Mapa III: Mineração ilegal e desmatamento na fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia



Fonte: Instituto Igarapé. 2023: 20.

Pelo mapa georreferenciado acima, é possível notar que todo o arco leste da região amazônica está sendo cercado pelo desmatamento, assim como é possível visualizar o “sufocamento” da Terra Indígena Yanomami, cercada por focos de mineração ilegal, pistas clandestinas e o próprio desmatamento. Vale notar que tanto os desmatamentos, quanto os focos de mineração ilegal seguem as margens dos rios afluentes, sendo estes, portanto, os “corredores naturais” para tais atividades.

Segundo o Relatório do Instituto Igarapé, dos lados colombiano e venezuelano, as atividades de mineração ilegal ocorrem, entre outros atores, sob o controle de dissidentes das ex-Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN).

E no Brasil, segundo relato obtido em entrevista a um militar colombiano, em setembro de 2023, tem ocorrido uma cada vez maior atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), que, ao que constam, está dando cobertura tática à operação da mineração ilegal, em troca de percentuais da exploração do ouro; o que na prática, passa a ser a manutenção e controle da “segurança” desta operação na região. As pistas clandestinas, nesse sentido, muito próximas aos rios afluentes e às zonas de mineração ilegal, teriam uso duplo: escoamento de drogas e de ouro, sendo controladas (seu custo operacional e segurança) por grandes grupos de narcotraficantes.

No caso da Venezuela, fica notória a concentração da mineração nas zonas fronteiriças, especialmente nos estados de Bolívar e Amazonas.

Imagem III: Povo indígena Yanomami na Venezuela afetado pela mineração ilegal



Fonte: Mangabay. 2023: 20.

Como se nota no Relatório Mongabay:

“nos últimos anos, desde 2016 em diante, a mineração ilegal teve um crescimento exponencial. Isso se deve à crise política venezuelana e ao *boom* no preço do ouro nos últimos anos. (...) Os estados de Bolívar e Amazonas é onde se concentra toda a mineração legal e ilegal, porém no estado do Amazonas está proibida esta atividade desde a década de 80, o que evidencia que toda a mineração neste estado é ilegal.” (Mongabay, 2023: 20, tradução nossa)

É notável, portanto, que na tríplice fronteira Venezuela, Colômbia e Brasil a mineração ilegal causou danos irreparáveis aos povos Yanomami e grupos ligados ao narcotráfico têm comandado as questões de segurança, se sobrepondo ou abarcando o negócio da mineração ilegal, gerando pactos de conveniência, ou explosões de violência, em busca do controle e domínio destas regiões, seja da rota da cocaína, seja do domínio das áreas de mineração; causando ameaças, isolamento, fome, contaminação, exploração sexual, entre outras ameaças aos povos que ali habitam.

(b) A Tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil

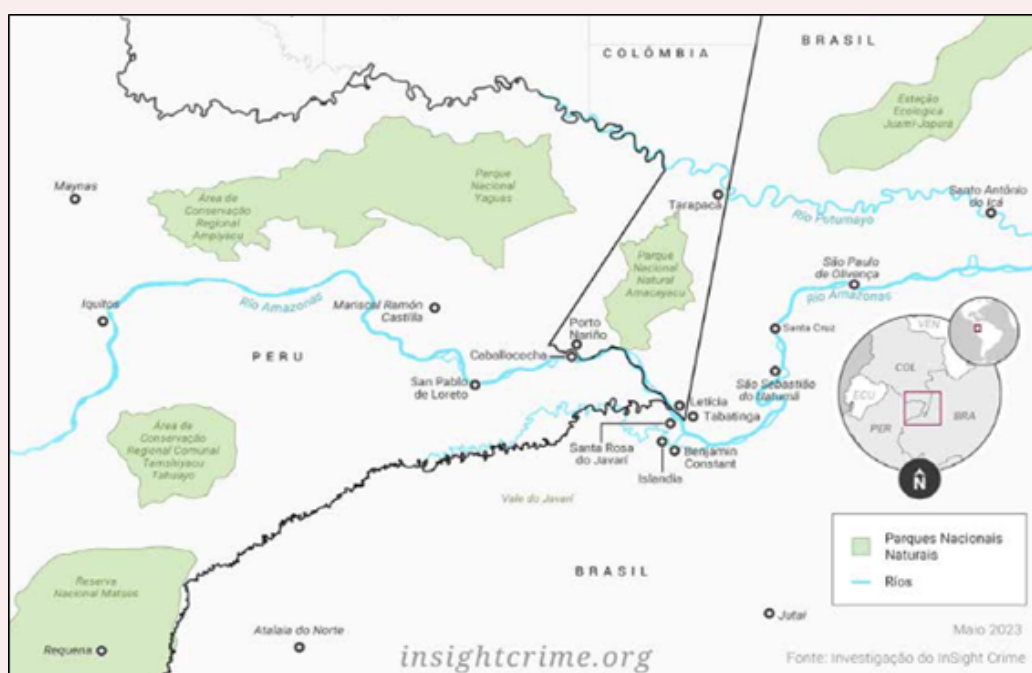
Na tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil tem sido observado, nos últimos anos, o aumento da circulação de maquinários nos rios afluentes, e, segundo relato feito em setembro de 2023, em Bogotá, por um comandante colombiano, que preferiu não se identificar, maquinários de empresas brasileiras estão sendo vendidos na região fronteira com a Colômbia

e técnicos brasileiros estão treinando pessoal para operar tais maquinários. Segundo o militar, essa maior movimentação em torno da atividade mineira atraiu mais atividade de narcotráfico e prostíbulos em embarcações que atuam nos rios fronteiriços. Muitas dessas embarcações operam atividades de prostituição/ exploração sexual com meninas e adolescentes indígenas. Segundo o militar, as Guardas Costeiras têm muita dificuldade em apreender tais embarcações, pois quando são percebidas, elas fogem das limitações fronteiriças, saindo assim do escopo e controle geográfico das operações costeiras.

O Peru sofreu um incremento das operações de mineração ilegal nos últimos anos. As regiões amazônicas peruanas que mais observaram um incremento foi a região Madre de Dios, no sul, e a região Loreto, ao norte. Nesta última, segundo dados do Relatório Mongabay, a mineração ilegal nos rios aumentou significativamente desde 2020. (Mongabay: 2023: 11)

Já na Colômbia, os efeitos da contaminação por mercúrio se tornaram visíveis. De acordo com o relatório Mongabay, a mineração ilegal no país está presente no rio Putumayo, na fronteira com o Peru, e no rio Puré, na fronteira com o Brasil, assim como na Reserva Nacional Natural Puinawai. Como afirmou Jesús Olivero-Verbel, da Universidad de Cartagena: “*tem muitas regiões na Colômbia que estão experimentando este problema, porém duas me parecem de extrema gravidade: o Chocó biogeográfico e Amazonia*”. (Mongabay, 2023:15)

Mapa IV: A Tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil



Fonte: Instituto Igarapé. 2023: 7.

Imagem IV: Dragas dedicadas à mineração ilegal na região de Loreto, Peru



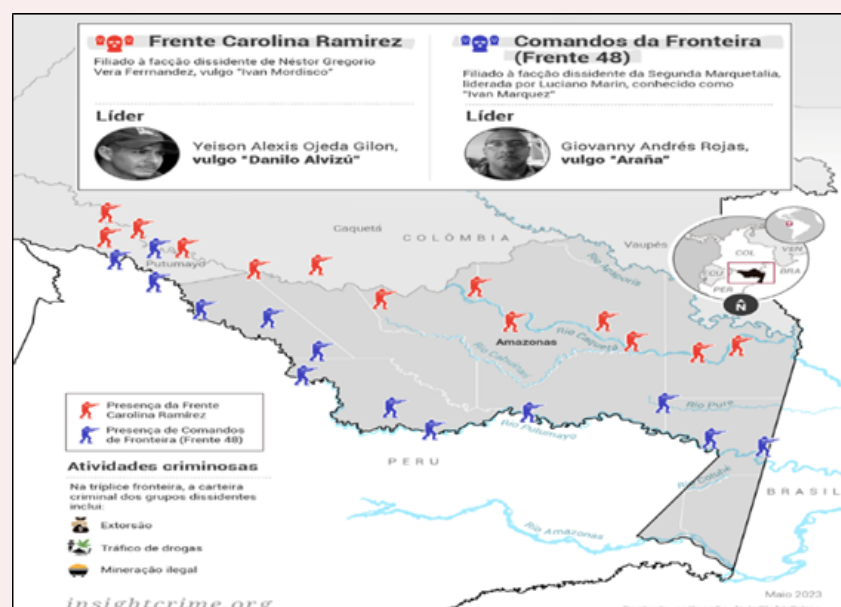
Fonte: Mangabay. 2023: 11.

Imagem V: Rio Caquetá contaminado por mercúrio



Fonte: Mangabay. 2023: 15.

Mapa V: Presença de Máfias das ex-FARC na tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil



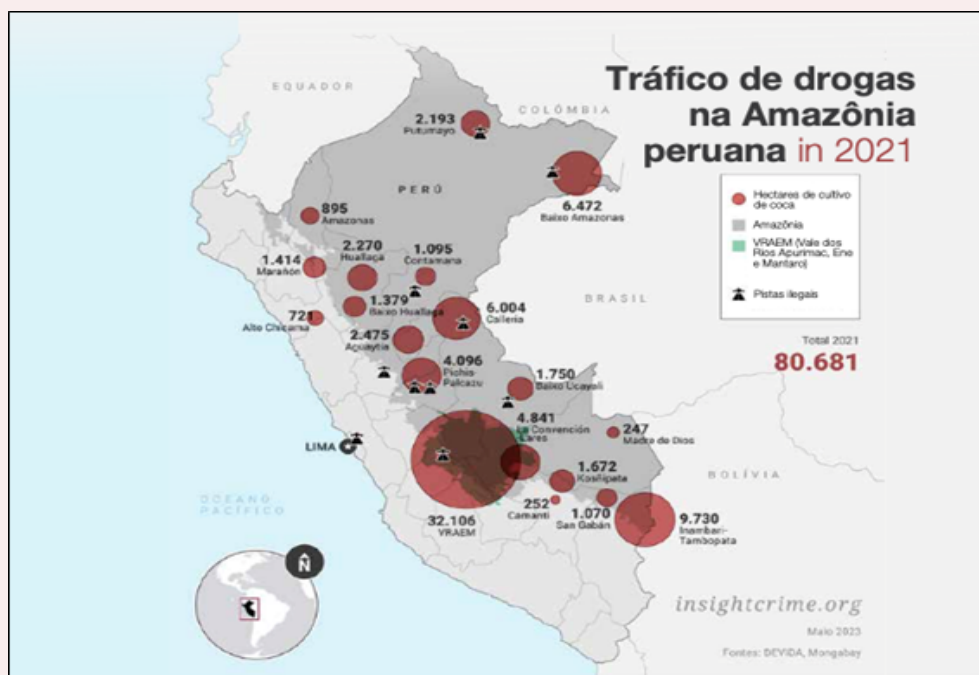
Fonte: Instituto Igarapé ibdem Insight Crime.org. 2023: 40.

Há uma série de relatos que mostram a crescente operação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região. Há também a presença de dissidentes das ex-FARC atuando nas fronteiras colombianas com o Peru e Brasil. Como se pode observar no mapa acima.

Também é possível observar o tráfico de drogas na Amazônia peruana, com incremento nas regiões

fronteiriças. Vale notar, segundo mapa abaixo que nas regiões de maior produção e tráfico, há também pistas de pouso clandestinas. Em que pese a região do VRAEM, com a produção de 32.106 toneladas de cocaína em 2021, as regiões com maior produção e tráfico foram na fronteira com a Colômbia, Brasil e Bolívia. (Instituto Igarapé, 2023: 37)

Mapa VI: Tráfico de drogas na Amazônia peruana em 2021



Fonte: Instituto Igarapé ibidem Insight Crime.org. 2023: 37.

(c) O Crime Organizado na Região Amazônica

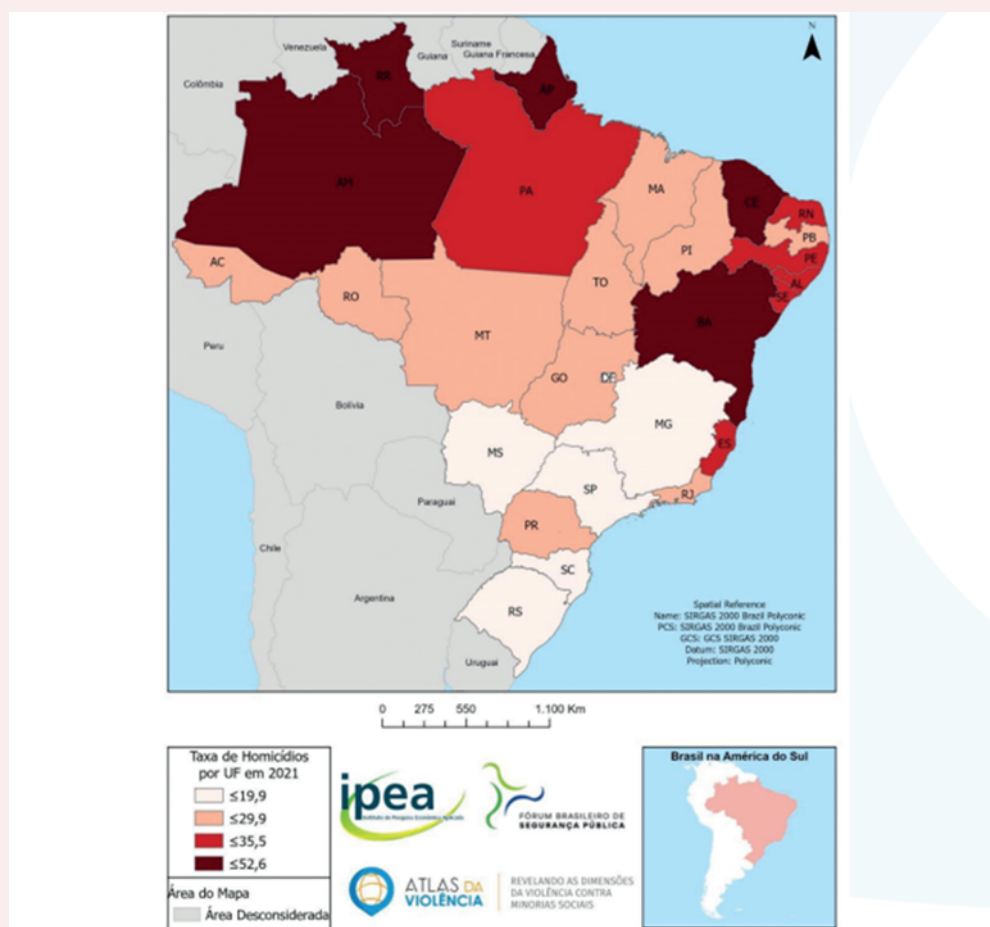
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou, em junho de 2023, o Informe Especial intitulado “Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal” a fim de mostrar o exponencial crescimento da presença do crime organizado na região amazônica, acompanhado do aumento dos números da violência na região.

A região da Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e engloba oito estados- Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parcialmente o Maranhão. Nela residem 56% da população indígena brasileira. O território possui a maior biodiversidade do mundo e uma riqueza a partir da presença dos povos indígenas imensurável. (IPEA, 2008)

Segundo o Informe, desde 2012, a região possui índices de violência mais elevados que a média nacional. Dentre os estados, o Amazonas apresentou a maior taxa de crimes violentos letais intencionais: 33,1/ 1000.000, sendo que a média nacional é de 19/100.000. No ano de 2021, segundo os dados do FBSP, o Estado apresentou sua média histórica, com 36,8/100.000, maior índice desde 2009. (FBSP, 2023:5) Como se pode observar no mapa VII.

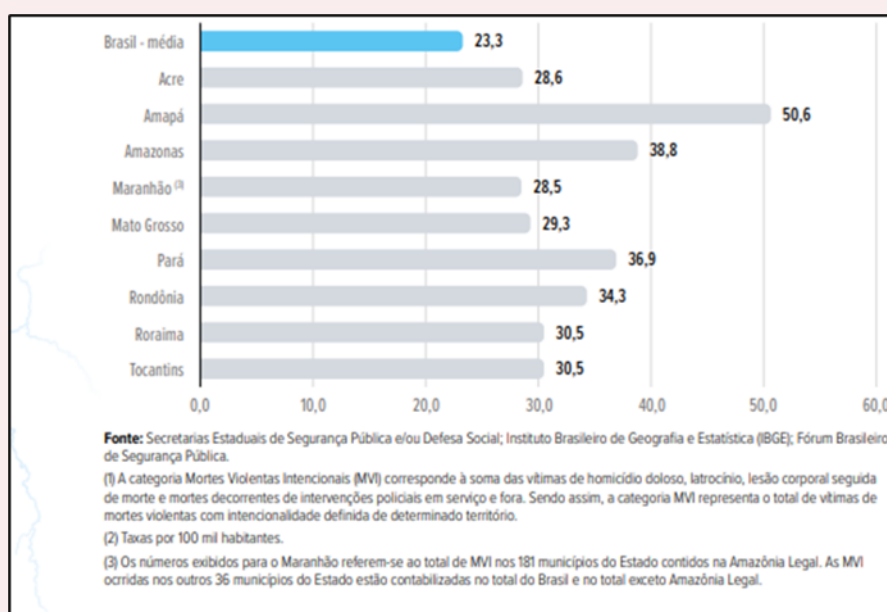
Pelo mapa divulgado pelo IPEA, no Atlas da Violência, fica evidente que o estado do Amazonas, Roraima, Amapá (estados fronteiriços), Ceará e Bahia são os mais violentos do país, o que corrobora a presença de facções na região, em franca disputa pelas rotas internacionais de tráfico de drogas.

Mapa VII: Taxa de homicídios por UF-Brasil (2021)



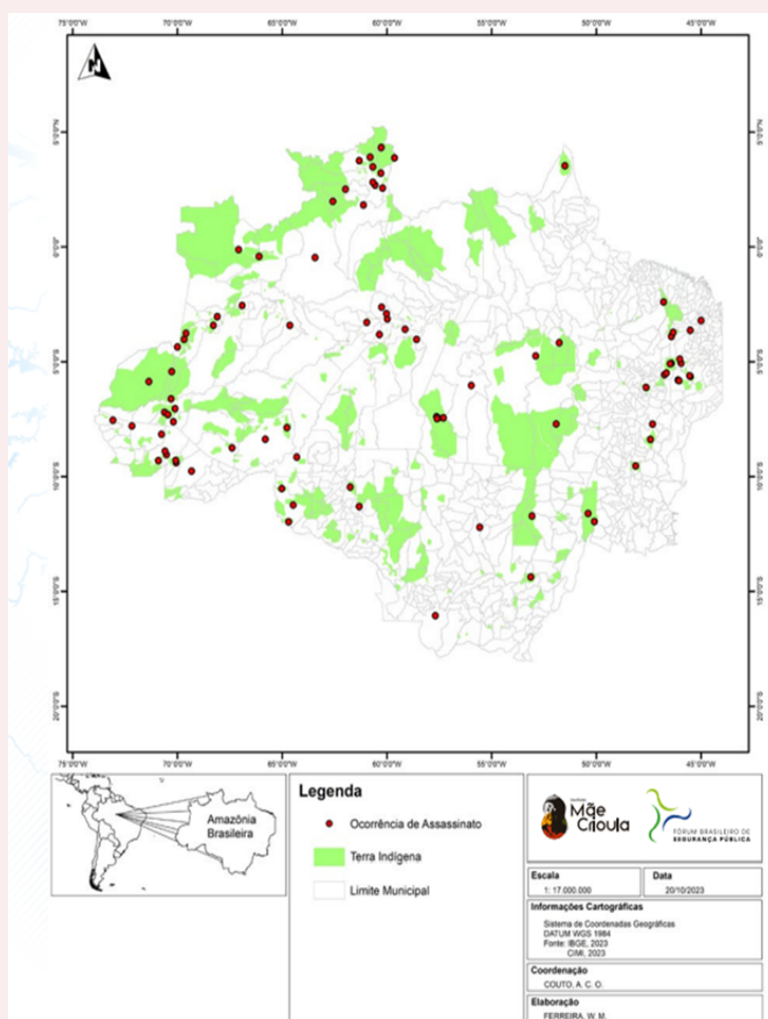
Fonte: IPEA/Atlas da Violência. 2023.

Gráfico I: Taxa de Mortes Violentas Intencionais- UFs da Amazônia Legal (2022)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. 2023: 13.

Mapa VIII: Assassinatos de Indígenas na Amazônia Legal 1985-2022



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. 2023: 13.

Pelo gráfico I publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Mãe Crioula, em novembro de 2023, o estado do Amapá superou em mais de 100% a média nacional, com 50,6/100.000 mediante 23,3/100.000 da média nacional, seguido do estado do Amazonas, com 38,8/100.000, que segue crescendo, mediante 36,8/100.000 do ano anterior.

As rotas internacionais, sobretudo vindas da Colômbia, transformaram a região da Amazônia Legal em um grande território de trânsito das drogas que vão pra Europa, causando drásticas mudanças nas dinâmicas locais de violência, envolvendo diretamente as facções locais nos últimos anos. As rotas da região amazônica fazem circular 40% do volume total de recursos vinculados ao tráfico de cocaína, que corresponde a 4% do PIB brasileiro. (FBSP, idem)

Para se traçar um panorama, segundo o Informe, entre 2016 e 2022 houve um incremento de 35,2%

da população prisional da região, enquanto a média brasileira foi de 14,1%. (FBSP, 2023:6) Um dos problemas centrais que pode ser identificado neste processo é a baixa presença estatal, como se pode notar em:

À complexidade geográfica, soma-se uma evidente insuficiência da capacidade policial instalada nos estados da região, sobretudo no que se refere aos profissionais responsáveis pelas investigações criminais. (FBSP, 2023:8)

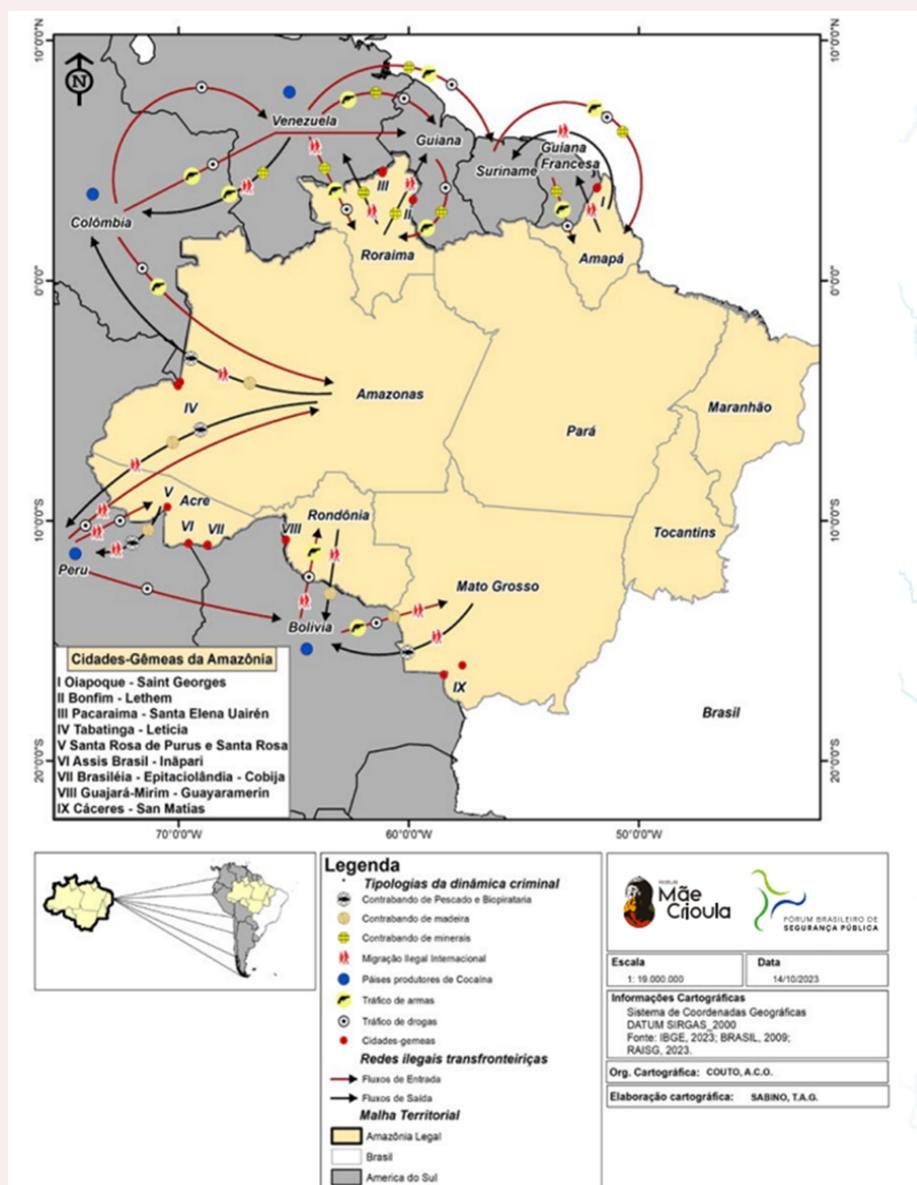
No Brasil, tem-se, na média, um delegado a cada 734km², já nos estados da Amazônia Legal, essa média é de 1 a cada 2.451 km, o que evidencia a precariedade da presença estatal. Vale ressaltar que o presente Paper não defende ou define que o Estado deve se fazer presente somente pelos aparatos policiais, muito ao contrário. Entretanto, é justamente o fato de, muitas vezes, o Estado se fazer presente somente pelos aparatos militares e/ou policiais que o número exíguo na Amazônia legal chama a atenção.

Outro dado alarmante na região é o baixo número de apreensões de armas por parte das Forças Armadas, pois em 2022, segundo dados do FBSP, enquanto a Polícia Federal e Polícia Rodoviária apreenderam 1.252 armas de fogo, a soma da Marinha e do Exército foi de 41 armas de fogo. (FBSP, 2023:9) Em paralelo, as apreensões de drogas no estado do Amazonas, de 2021 para 2022 sofreram uma queda de 75,2%, passando para 7 toneladas em 2022. (FBSP, 2023:10)

Assim, a percepção de impunidade, somada à fácil circulação de armas na região, para além das dinâmicas de conflitos por acesso a rotas, uso das terras, entre outras dinâmicas, apontam para uma concentração geográfica das mortes de indígenas na Amazônia legal, como se pode observar no Mapa VIII.

Certamente, se fosse possível georreferenciar os assassinatos de líderes quilombolas, ativistas políticos e jornalistas na região, certamente, o Mapa não seria tão diferente do que foi possível verificar no Mapa georreferenciado acima, pois a região está sob franca disputa entre diferentes grupos neste momento. Na pesquisa desenvolvida por Pimenta et al (2021), foi possível verificar que o Comando Vermelho (CV), facção surgida no Rio de Janeiro, assumiu, em nível nacional, uma disputa com o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Norte e no Nordeste, e hoje é o grupo que mais cresceu na região, tendo disputado intensamente com facções locais, como a Família do Norte, por exemplo, que foi derrotado nos últimos anos.

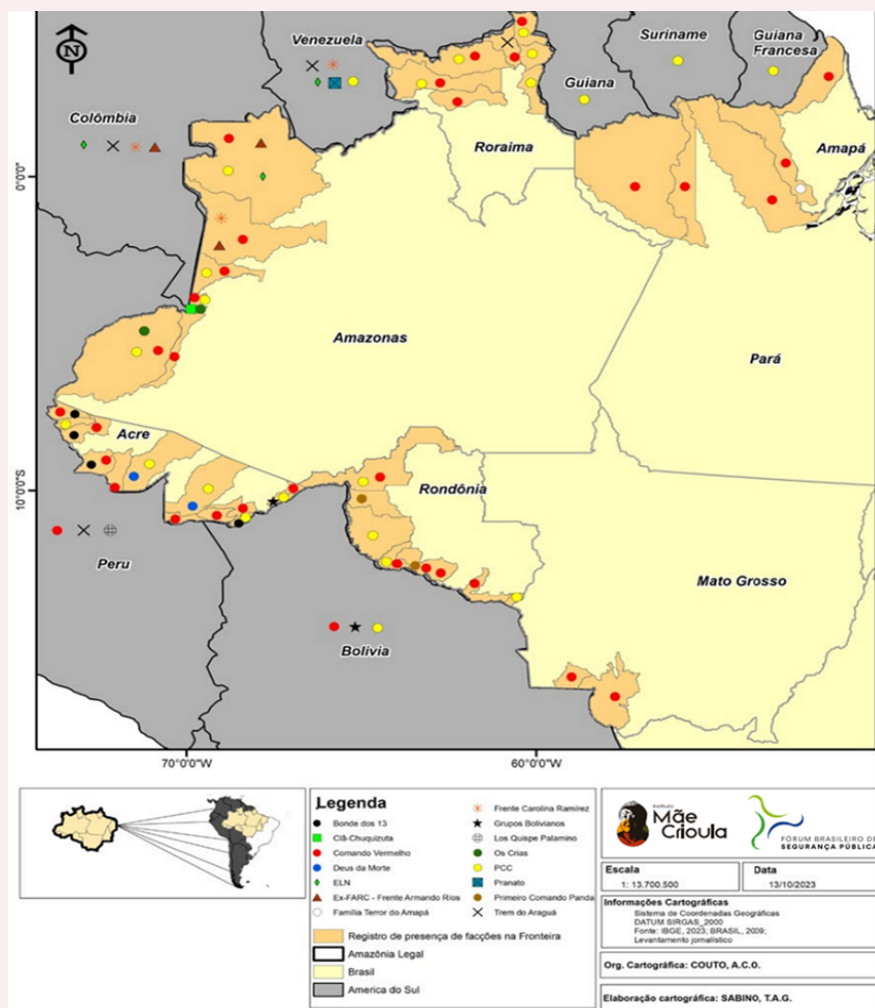
Mapa IX: Dinâmicas Criminais da fronteira amazônica



Neste Mapa georreferenciado acima, é possível verificar as cidades-gêmeas da Amazônia e a incidência de crimes nas rotas de entrada e de saída próximas às cidades gêmeas. Por exemplo, entre Letícia e Tabatinga, pode-se observar a incidência de tráfico de armas, contrabando de pescado e biopirataria, migração ilegal internacional, tráfico de drogas, contrabando de madeira, entre outros. Já

nas rotas entre Pacaraima e Santa Elena Uairén, há a incidência de contrabando de minerais, imigração ilegal internacional, tráfico de armas, e tráfico de drogas. Vale ressaltar que tais regiões coincidem com as regiões onde há os maiores números de assassinatos de indígenas, o que, portanto, complementa a percepção do quadro geral dos crimes e da violência na região.

Mapa X: Registro de Facções na Região Amazônica.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto Mãe Crioula. 2023: 54.

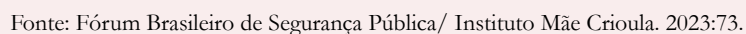
Como se pode observar no Mapa acima, a disputa entre o PCC e o CV nas regiões fronteiriças amazônicas estão acirradas, tendo o CV alcançado uma cobertura maior recentemente, após derrotar a Família do Norte, e após fazer acordos de conveniência com grupos que estavam avançando na região, desde a Venezuela por exemplo, como o Tren de Aragua, conforme foi apontado na entrevista com militar colombiano, em setembro de 2023, em Bogotá-Colômbia. Outros grupos, como “Os Crias” “Bonde dos 12” são satélites do CV e/ou do PCC na região, enquanto nas regiões limítrofes fronteiriças,

permanece os dissidentes das ex-FARC, como a Frente Carolina Ramirez, Frente Armando Ríos, e, ainda, membros do ELN.

Esta complexa interação entre facções na região vem seguindo uma lógica de concentração do monopólio das atividades com a intensificação da presença mais recente do CV na região. Além disso, como também foi possível observar na já mencionada entrevista com militar colombiano, o PCC diversificou suas atividades, formando alianças táticas com grupos de mineração ilegal, e com grupos ligados à prostituição

na região, sobretudo no Amapá e no Amazonas. Outro aspecto que se pode notar é o processo de “interiorização” ou “capilarização” que os grupos vão criando, a partir de pressões fronteiriças, rumo ao interior, sobretudo utilizando-se dos sistemas penitenciários para atuar, segundo, portanto, o modelo do PCC de atuação. Todos os municípios que estão em disputa, portanto, observam a presença do CV e do PC, e em outras regiões, o domínio de um e de outro já se tornam mais visíveis.

Mapa XI: As facções que disputam o controle dos municípios amazônico



(IV) Considerações Finais

O presente *Policy Paper* buscou lançar luz aos principais desafios e ameaças que hoje existem na Região Amazônica, sendo eles a mineração ilegal, acompanhada do desmatamento, e uma série de crimes que ocorrem na região, com a presença de facções de diferentes tamanhos e perfis na região. Por meio de uma série de Relatórios publicados recentemente, o intuito deste *Paper* foi mesclar as informações sobre mineração ilegal, presença de crime organizado e números da violência na região amazônica, como as taxas de homicídios intencionais na região. Por meio desta correlação, é possível concluir que não se pode pensar em políticas públicas ambientais que não levem em conta a presença do crime organizado vinculado ao tráfico de drogas e de armas, por exemplo.

A governança do crime se modificou substancialmente nos últimos anos na região, de modo que duas grandes facções brasileiras hoje disputam territórios e municípios em toda região amazônica: o CV e o PCC, com uma vantagem para o CV em termos de territórios conquistados e parcerias com facções locais, como o grupo proveniente da fronteira entre Venezuela e Colômbia: Tren de Aragua. A complexidade, portanto, do tema das ameaças que hoje assolam a região amazônica e as comunidades que ali residem, está em ao menos quatro grandes tendências que podem ser observadas:

- (i) Tendência à concentração das operações ilegais e governança da violência entre o PCC e CV, com possibilidades de explosões de violência, como temos observado na região;
- (ii) Diversificação das operações para além do tráfico de drogas, como a mineração ilegal e a prostituição, trazendo uma ainda maior militarização no entorno de tais atividades ilegais;
- (iii) “Interiorização” e penetração nos municípios adjacentes de tamanho médio e pequeno, para além das zonas fronteiriças e capitais, fazendo com que as facções tenham maior domínio do tráfico, e de outras atividades ilícitas em tais municípios;
- (iv) Um maior “sufocamento” e “isolamento” das comunidades indígenas que habitam no Território Indígena, bem como maior “vulnerabilidade de populações ribeirinhas e urbanas dos grandes, médios e pequenos municípios, gerando uma série de graves consequências humanitárias, com assassinatos, ameaças, extorsões, exploração de trabalho, exploração sexual, diminuição ou, em alguns casos, total paralisação do direito de ir e vir.

(V) Recomendações

(i) O governo federal vem fazendo um maior monitoramento para combater a mineração ilegal e o desmatamento na região amazônica e deve seguir fazendo este monitoramento e combate na região, a fim de diminuir e dificultar operação dos grupos vinculados à mineração;

(ii) É necessária uma força-tarefa para monitoramento e explosão das pistas de pouso clandestinas, pois hoje elas são multiuso, atendendo à mineração e ao tráfico de drogas; e facilitam a operação das facções na região;

(iii) É importante criar um diálogo com empresas brasileiras lícitas ligadas à mineração e averiguar sua responsabilidade na venda e treinamento a mineradores ilegais, que inclusive têm treinado mineradores na Colômbia e no Peru. Tais empresas devem responder à sociedade não só brasileira, mas sul-americana, pois elas têm responsabilidade no intenso incremento da mineração que houve entre 2018-2022.

(iv) As forças policiais municipais, estaduais e federais precisam ter claro seu escopo de atuação; e um plano em nível nacional precisa ser desenhado a fim de combater o crime organizado que hoje se capitalizou em todo território nacional, tendo o CV e o PCC como forças mais expressivas;

(v) Nas zonas de fronteira, é imprescindível que as Forças Armadas de cada país atuem conjuntamente, efetivando os mecanismos de cooperação e monitoramento conjunto já disponíveis na região.

Referências bibliográficas

FIOCRUZ. O Garimpo Ilegal e o genocídio Yanomami. 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/>. Acesso em 10/12/2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Comando Vermelho e PCC avançam para presídios de quase todos os estados. 14/12/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/comando-vermelho-e-pcc-avancam-para-presidios-de-quase-todos-os-estados.shtml>. Acesso em 14/12/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Informe Especial. Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/. Acesso em: 10/12/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/ INSTITUTO MÃE CRIOLA. Cartografias da Violência Amazônica. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/. Acesso em: 10/12/2023.

INSTITUTO IGARAPÉ. Amazônia Saqueada: As Raízes do Crime Ambiental nas regiões de Tríplice Fronteira. 2023. Disponível em: <https://igarape.org.br/amazonia-saqueada-as-raizes-do-crime-ambiental-nas-regioes-de-triplice-fronteira/>. Acesso em 10/12/2023.

IPEA. O que é? Amazônia Legal. Desafios do Desenvolvimento. 5(44). 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28. Acesso em 10/12/2023.

IPEA. Atlas da violência. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 10/12/2023.

MONGABAY. Nuevo estudio identifica 49 zonas afectadas por la minería ilegal en la Amazonía. 2023. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2023/11/zonas-afectadas-por-mineria-ilegal-en-amazonia/>. Acesso em 10/12/2023.

PIMENTA, Marília; SUAREZ, Marcial; FERREIRA, Marcos Alan. Hybrid governance as a dynamic hub for violent non-state actors: examining the case of Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Política Internacional. 64(2) 2021.

VILLA, Rafael Duarte; PIMENTA, Marília Souza. 2019. Violent non-State Actors and New Forms of Governance: Exploring the Colombian and Venezuelan Border Zone. Journal of Human Security. 15(1), pp. 6-18.